

# Relatório final sai em oito dias

A CPI do Orçamento encerrou sábado à noite a fase de inquirições, com o depoimento do deputado Mussa Demes (PFL-PI). O último depoimento foi o quinquagésimo quarto em três meses de trabalho. A partir de hoje, os integrantes da CPI passam a se concentrar na conclusão dos relatórios das quatro subcomissões, que deverão ser entregues amanhã ao relator Roberto Magalhães (PFL-PE). Até a próxima segunda-feira, a CPI deverá terminar a votação do relatório final com as conclusões sobre os 49 nomes investigados a partir das denúncias do ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos, e dos documentos apreendidos na casa do diretor da construtora Norberto

Odebrecht em Brasília, Ailton Reis.

O deputado Mussa Demes, sub-relator do Ministério da Integração Regional na Comissão de Orçamento do Congresso, por ocasião da proposta orçamentária de 1993, foi convocado a depor sábado porque as iniciais do seu nome aparecem nos documentos da Odebrecht ao lado do percentual 3% e de uma referência a uma emenda que destinava recursos para a construção da Adutora Pedro II, no Piauí. O deputado insistiu que a inclusão do seu nome na lista de investigados pela CPI foi um engano, porque o seu relatório sobre o orçamento do Ministério da Integração

Regional não incluiu nenhuma emenda para a Adutora Pedro II. Ele garantiu também que nunca teve qualquer contato com o diretor da Odebrecht, Ailton Reis, ou apresentou alguma emenda de interesse da construtora.

O deputado piauiense ficou devendo às subcomissões de bancos e patrimônio explicações sobre a sua movimentação bancária. As duas subcomissões constataram que Demes teve, nos últimos cinco anos, uma movimentação bancária maior do que os seus rendimentos declarados à Receita Federal permitiriam. Demes contestou os cálculos da CPI sobre os depósitos em suas contas nos bancos Itaú e do Brasil.